



Intermunicipal Lagos São João. Ao décimo primeiro dia do mês de junho do ano dois mil e vinte e um, às dez horas em primeira convocação e às dez horas e trinta minutos em segunda convocação, iniciou-se a reunião via videoconferência, para deliberam sobre os seguintes assuntos: 1 - Avaliação das contas 2020 pelo Conselho fiscal; 2 - Recondução da Coordenadora 5 Administrativa; 3 - Apresentação dos projetos em andamento; 4 - Assuntos gerais. A convocação da presente reunião foi realizada, conforme previsto no inciso I, do artigo 11, do 7 8 Estatuto do CILSJ, obedecendo a antecedência mínima de 07 (sete) dias, mediante aviso enviado aos membros do Conselho de Associados. Em seguida, foi verificado, nos termos do inciso II, do Artigo 11 do Estatuto do CILSJ, o qual apresenta que o quórum necessário para instalação da Assembleia Geral é de 2/3 (dois terços) do número de membros do Conselho de Associados em 11 primeira convocação, e de qualquer número em segunda convocação, no mesmo dia, observado 12 13 o intervalo de 30 (trinta) minutos da primeira convocação. Dando prosseguimento registrou-se a 14 seguinte presença: Sr. Arnaldo Villa Nova, representante da ONG Viva Lagoa; Sra. Dalva Rosa Mansur, representante do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Social; Sra. Katia Regina Lima, representante do Movimento de Mulheres de Iguaba Grande; Sr. Francisco da Rocha Guimarães, representante da Associação de Pescadores Artesanais e Amigos da Praia da Pitória 17 18 - São Pedro da Aldeia; Sr. Eduardo Gomes Pimenta, diretor-presidente do CBHLSJ; Sr. Leandro Coutinho Mattos, vice-diretor-presidente do CBHLSJ; Sra. Ariane Gomes Poubel, representante 20 da Prefeitura de Casimiro de Abreu; Sra. Gabriela Negreiros Coutinho, representante da 21 Concessionária Prolagos; Sra. Nathalia Bragança, representante da Concessionária Aguas de Juturnaíba; Sr. Pedro Freitas, diretor-presidente da Concessionária Prolagos; Sra. Keila Ferreira 23 da Silva, representante da Prefeitura de Arraial do Cabo; Sr. João Paulo Arruda, representante da 24 Prefeitura de Iguaba Grande; Sr. Evanildo Cardoso Nascimento, representante da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Armação dos Búzios; Sr. Bernardo Corty dos Santos, 25 representante da Prefeitura de Armação dos Búzios; Sra. Raquel Trevizam, representante da 26 27 Secretaria de Meio Ambiente do Município de São Pedro da Aldeia; Sra. Edna Calheiros Saraiva, representante da Associação de Mulheres Empreendedoras Acontecendo em 28 Saquarema; Sr. Murilo Balbino Valgueiro, representante da Prefeitura de Rio Bonito; Sr. 29 Rogério Góis Marão, representante da Dois Arcos Transporte e Tratamento de Resíduos Sólidos Ltda. Estiveram presentes: Sra. Adriana Miguel Saad (CILSJ); Sra. Claudia Magalhães (CILSJ); 31





Sra. Marianna Gullo (CILSJ); Sra. Jéssica Berbat (CILSJ); Sra. Aline Araújo (Assessoria





33 Jurídica - CILSJ). A Sra. Adriana Saad deu início a reunião agradecendo a presença de todos e propondo o adiantamento do ponto de pauta 3, que trata da "Apresentação dos projetos em andamento". Não havendo manifestações contrárias, a Sra. Adriana Saad prosseguiu com uma 35 36 apresentação dos projetos do CBHLSJ, informando quais os projetos cujo repasse de recursos foram recebidos entre os anos de 2018 e 2021, seu montante total, data de recebimento, e em que 37 etapa do processo para licitação do projeto estes se encontram. Tratou, também, dos recursos 38 39 referentes à rubrica "Ações de Diretoria" e da "Cota Custeio", esclarecendo que o recurso obtido 40 através do pagamento da cota custeio anual, por parte das Prefeituras consorciadas, é o que 41 permite o funcionamento do CILSJ. Atentou que, até o momento, apenas três municípios 42 realizaram o pagamento referente ao ano de 2021. Neste ponto, a Sra. Dalva Mansur pediu vez de fala para elucidar que os municípios inadimplentes, no que se refere ao pagamento da Cota 43 Custeio do CILSJ, perdem seu direito a voto junto ao Consórcio, tendo em vista que, como um consórcio entre Prefeituras, o CILSJ depende do recurso e apoio dessas para executar suas ações. 45 46 Diante da fala da Sra. Dalva Mansur, o Sr. Evanildo Nascimento comunicou que a Prefeitura de 47 Armação dos Búzios está no processo de pagamento de sua cota, e que a demora neste 48 pagamento ocorreu devido a problemas, agora resolvidos, com o boleto bancário. A Sra. Keila Ferreira aproveitou a oportunidade para comunicar que a Prefeitura de Arraial do Cabo irá 49 realizar o pagamento assim que receber a Ata de Eleição da nova Diretoria do CILSJ, pois este 50 51 documento foi colocado como um pré-requisito por parte da Procuradoria. Retornando ao ponto 52 de pauta 1, "Avaliação das contas 2020 pelo Conselho fiscal", a Sra. Cláudia Magalhães iniciou sua apresentação pela prestação de contas consolidada do CBH Lagos São João, referente aos 53 54 anos de 2018 a 2020. Destacou que o maior montante dos recursos repassados no ano de 2020 55 concernem a projetos de saneamento. Explicitou que o obstáculo para o andamento dos projetos de saneamento era a falta de profissionais qualificados para a elaboração deste tipo de projeto no 56 quadro técnico do CILSJ, problemática solucionada pela Resolução 104/2019 (alterada pela 57 Resolução 149/2021), que permitiu a contratação de empresa para a elaboração dos projetos 58 básicos e executivos de saneamento, o que tem ocasionado uma maior celeridade na execução 59 60 dos mesmos. O Sr. Arnaldo Villa Nova pediu que fosse explicada a origem destes recursos para os novos membros do Conselho do CILSJ. A Sra. Dalva Mansur, na qualidade de presidente do 61 Conselho Fiscal, aproveitou para exprimir que, após minuciosa análise da prestação de contas entregue, não foram encontradas quaisquer irregularidades, estando esta aprovada por parte do 63 Conselho. Em relação ao questionamento do Sr. Arnaldo Villa Nova, a Sra. Dalva explanou que









estes recursos que estão sendo repassados agora, tratam-se dos valores arrestados entre 2013 e 65 2014, que foram retidos de todos os Comitês pelo Estado que, graças a uma ação dos CBHs 66 junto ao Ministério Público Estadual, estão sendo gradualmente devolvidos aos Comitês de origem. Ao concluir, destacou a importância da celeridade no repasse dos recursos. O Sr. 68 69 Bernardo Corty questionou qual seria o procedimento caso a Prefeitura de Armação dos Búzios desejasse apresentar projetos ao Comitê. A Sra. Dalva Mansur elucidou a diferença o Consórcio 70 (Entidade Delegatária) e o Comitê de Bacia Hidrográfica, explanando que os projetos devem ser 71 submetidos ao Comitê, pois este se trata de uma instância pública de gestão das bacias 72 hidrográficas, porém, como não possui CNPJ, quem recebe os recursos é a Entidade Delegatária 73 74 (CILSJ). Ou seja, apesar de quem prestar contas ser o Consórcio, as decisões/deliberações são 75 realizadas no âmbito do Comitê de Bacias. Indicou, então, a participação da Prefeitura de Armação de Búzios não somente na Plenária do Comitê, como também no Subcomitê da Bacia 76 do Rio Una e do Cabo Búzios, para submissão de Projetos. O Sr. Arnaldo Villa Nova ratificou a 78 fala da Sra. Dalva Mansur, de que o questionamento do Sr. Bernardo Corty seria referente ao 79 Comitê, e não ao Consórcio. Em relação aos recursos apresentados, destacou que os valores disponíveis em 2020 são maiores que os usuais, devido ao repasse do que foi arrestado, 80 81 conforme explicado pela Sra. Dalva, mas que era importante um bom aproveitando destes, 82 investindo-os em projetos relevantes, pois a tendência é uma menor quantidade de recursos para os próximos anos, considerando a quitação dos valores arrestados. A Sra. Adriana Saad 83 84 aproveitou a fala do Sr. Arnaldo para elucidar que a fonte dos recursos repassados pelo INEA é o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI), o qual tem como principal fonte de receita 85 as originárias da cobrança pelo uso de recursos hídricos (outorgas). Esclareceu que a média 86 anual de arrecadação do CBHLSJ é de 2,5 milhões de reais, dos quais no mínimo 70% devem 87 ser investidos em saneamento, conforme previsto no artigo 6º da Lei Estadual 5.234/2008, e 88 89 cerca de 600 mil reais são utilizados para custeio, sendo o saldo remanescente disponibilizado 90 para projetos. No tocante aos recursos arrestados em 2014, complementou as falas da Sra. Dalva e do Sr. Arnaldo, relatando que a movimentação junto ao Ministério Público foi iniciada pelo 92 CBH Lagos São João, que era presidido, à época, pela Sra. Dalva Mansur. Inteirou que essa ação, que também foi apoiada pelos demais Comitês, levou à assinatura de um TAC (Termo de 93 Ajustamento de Conduta) entre o MP, o Inea e os Comitês, representados por suas Delegatárias. 94 Assim, conforme acordado com o Estado, a partir de janeiro de 2019 foi iniciado o repasse dos valores arrestados (cerca de 11 milhões de reais). Entretanto, ficou estabelecido que este recurso







seria repassado, através de uma conta bancária denominada CUTE, à medida que fossem 98 submetidos projetos para sua utilização. Assim, o CBH Lagos São João apresentou seus projetos, recebendo todos os, aproximadamente, 11 milhões de reais disponíveis na CUTE até 99 dezembro de 2020. Desta forma, o Comitê terá, deste momento em diante, o repasse de seus 100 recursos normais, advindos da CONTA D. Informou que praticamente todo o recurso previsto 101 para o ano de 2021 já havia sido recebido, sendo necessária a proposição de projetos, agora, para 102 103 o recurso previsto para o ano de 2022. A Sra. Cláudia Magalhães procedeu sua apresentação 104 com a prestação de contas consolidada do CBH Macaé, também referente aos anos de 2018 a 105 2020. Ressaltou, sobre a liberação dos recursos arrestados, que este não se trata apenas de um mecanismo de liberação ocasionado pela articulação dos Diretores, Delegatária e Ministério 106 107 Público, mas também de um trabalho intenso e eficiente da equipe técnica do CILSJ na preparação dos documentos, relativos aos projetos, necessários à solicitação destes recursos. 108 109 Ademais, exprimiu que o CILSJ recebeu o relatório da Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão, tanto relativo ao CBHMO quanto ao CBHLSJ, nos quais manifestou-se favorável à 110 gestão da Entidade Delegatária, sendo concedido a ambos o conceito "bom". Desta forma, o 112 INEA opinou pela continuidade dos Contratos de Gestão. A Sra. Dalva Mansur reiterou a aprovação, por parte do Conselho Fiscal, da Prestação de Contas apresentada pelo Consórcio. O 113 Sr. Arnaldo Villa Nova parabenizou a Sra. Adriana Saad e a equipe do CILSJ pela rápida investida para recuperação dos recursos arrestados, pois ainda há Comitês que não conseguiram 115 116 reaver esses recursos. Salientou, também, que neste ano de 2020, havia bastante recurso para os projetos de saneamento de diversos municípios na RH VI. Porém, futuramente, tendo apenas 117 118 1,75 milhões de reais para estes investimentos, será necessária uma grande organização, para estabelecer um município como foco por ano, de maneira a equilibrar e possibilitar a todos o 119 120 direito a um bom projeto de saneamento. A Sra. Dalva Mansur lembrou que estes projetos devem ser elaborados para áreas fora da concessão de saneamento, que não poderiam ser investidos em regiões centrais nos municípios. A Sra. Cláudia Magalhães avançou, então, para a 122 123 apresentação da prestação de contas consolidada do CILSJ dos anos de 2018 a 2020. 124 Demonstrou que, atualmente, há uma inadimplência de cerca de 350 mil reais das cotas custeios 125 da Prefeitura. A Sra. Dalva Mansur manifestou-se indignada com essa situação, considerando 126 que as Prefeituras são uma das entidades mais beneficiadas pelas ações do Comitê. A Sra. Cláudia Magalhães colocou que algumas prefeituras acreditam serem responsáveis pelo 127 pagamento apenas das cotas custeio referentes ao período de gestão do atual prefeito. Porém, 128







FABIANO STOROLO DA SILVA HISE SONSTRIPODO DA MAT GAGRATI LA PORTO DA ALPIA

como esta se trata de um débito da Prefeitura, e não do Prefeito, o passivo permanece nos 129 130 registros contábeis e demonstrativos do Consórcio, persistindo a dívida das cotas anteriores, mesmo sendo paga a do ano vigente. O Sr. Francisco Guimarães parabenizou a Delegatária e 131 132 colocou como imprescindível a realização de uma Assembleia do Conselho de Associados para tratar da sustentabilidade do Consórcio, pois da maneira que está, logo a situação poderá se 133 tornar insustentável. Destacou a importância de uma região integrada, com uma participação 134 135 efetiva dos associados e os pagamento regularizados. Comentou que muitos dos municípios para os quais foram empenhados recursos do Comitê, não estavam em dia com seus pagamentos junto 136 137 ao CILSJ. Dando andamento a reunião, prosseguiu-se para o ponto de pauta 2 - Recondução da Coordenadora Administrativa. A Sra. Adriana Saad explicou que a Sra. Cláudia Magalhães, 138 139 assim como ela, é ordenadora de despesa, ou seja, elas são responsáveis por autorizar e assinar os desembolsos dos recursos, respondendo aos Comitês de Bacia, ao Presidente do Consórcio, 140 141 ao Conselho de Associados, ao Inea e ao Tribunal de Contas. Sendo assim, o banco exige que os 142 ordenadores de despesa estejam formalmente eleitos, para realizarem movimentações nas contas. 143 Ressaltou que a entrada da Sra. Cláudia, em 2018, foi fundamental para a regularização do Consórcio, em termos administrativos, sendo o bom trabalho reconhecido pelos Comitês, 144 auditorias, Inea e CERHI. O Sr. Francisco Guimarães questionou se havia algum outro candidato 145 ao cargo. A Sra. Dalva Mansur posicionou-se contra a proposição de outro candidato, 146 147 considerando-se a eficiência da gestão da Sra. Cláudia frente as questões administrativas e 148 financeiras do Comitê e do Consórcio. O Sr. Francisco Guimarães concordou com a colocação 149 da Sra. Dalva, posicionando-se a favor da permanência da Sra. Cláudia, mas que, em se tratando de uma eleição, era importante ser dado espaço para a manifestação de outros candidatos, caso 150 houvessem. A Sra. Adriana Saad ratificou a fala do Sr. Francisco, questionando se haviam 151 interessados ao cargo de Coordenador Técnico-Administrativo. Não foi manifestado nenhum 152 interesse ou candidato por parte dos presentes, avançando-se para a eleição da Sra. Cláudia 153 Magalhães. Os representantes das seguintes Entidades associadas manifestaram-se a favor: 154 155 IPEDS, APAAPP, ONG Viva Lagoa, AMEAS, Prefeitura de Arraial do Cabo, Prefeitura de Iguaba Grande, Prefeitura de Casimiro de Abreu, Empresa Dois Arcos e Concessionária 156 Prolagos. Não havendo manifestações contrárias, foi aprovada a recondução da Sra. Cláudia 157 Magalhães no cargo de Coordenadora Técnica-Administrativa. Prosseguindo para Assuntos 158 Gerais, a Sra. Adriana Saad informou ser necessário tratar de um grave problema, que já foi 159 encaminhado à Presidência do Consórcio. Questionou se algum representante da Prefeitura de









Silva Jardim encontrava-se presente na reunião, sendo informada que não. Exprimiu que, 161 162 embora a eleição da Secretaria Executiva do Consórcio tenha sido realizada em março, até o 163 momento o registro a Ata desta reunião não foi efetivado. Isto se sucedeu devido a não se 164 conseguir comunicação com o vice-presidente eleito, o Prefeito de Silva Jardim, para 165 preenchimento e assinatura da declaração e requerimento para este registro, apesar das incessantes tentativas de contato por parte do Consórcio, sendo estes documentos necessários 166 167 para a efetivação do registro por parte do Cartório. Explicitou que, após a saída do Sr. Rafael Badia da Secretaria de meio ambiente deste município, não foi eleito um novo secretário e, 168 169 assim, este município encontra-se sem representação junto ao Comitê de Bacia Lagos São João, 170 inclusive, dificultando ainda mais o contato com a Prefeitura. Elucidou que a falta de registro da 171 Ata tem sido problemática por diversos motivos, entre eles: atraso do pagamento da Cota custeio por parte de alguns municípios, como a situação trazida pela Sra. Keila Ferreira, em relação a ser 172 173 um requisito para o pagamento da Cota Custeio da Prefeitura de Arraial do Cabo; e o bloqueio, 174 por parte dos bancos, das contas dos Comitês e do Consórcio, a partir do dia 17/06/2021. Esta 175 segunda situação se deve a necessidade de um registro formal (ATA registrada) dos ordenadores 176 de despesa, para que estes possam realizar movimentações e pagamentos nas contas. Desta forma, do dia 17 de junho até o registro da Ata de eleição da Secretaria Executiva e da 177 Coordenação Técnica-Administrativa, as licitações, pagamentos de projetos e de funcionários 178 179 estariam paralisados. A Sra. Dalva Mansur propôs a eleição de outro vice, considerando toda a 180 dificuldade de comunicação com o atual, clarificando que, segundo o Estatuto, deveria ser 181 convocada uma nova assembleia, sete dias após a data da presente reunião, para realizar esta eleição de substituição. O Sr. Leandro Coutinho sugeriu que, futuramente, fosse revista no 182 183 Estatuto a obrigatoriedade do presidente do CILSJ ser um Prefeito, de maneira a evitar uma 184 situação semelhante para a Presidência. O Sr. Francisco Guimarães colocou a importância de uma rápida resolução do cenário exposto, citando outra problemática ocasionada por esta 185 186 situação: o retardo na legalização da embarcação adquirida pelo CBH Lagos São João, após 187 cerca de quatro anos de luta, a qual depende da Ata registrada para obtenção de sua 188 documentação. Corroborou a proposta da Sra. Dalva Mansur, de uma nova eleição para 189 substituição do atual Vice-Presidente do CILSJ. A Sra. Dalva Mansur recomendou que a eleição fosse realizada ainda nesta reunião, caso houvesse a concordância de todos, considerando-se que 190 a Plenária é soberana, inclusive, ao Estatuto. Encerrou sua fala indicando o Sr. Arnaldo Villa Nova, representante da ONG Viva Lagoa, para o cargo em questão. O Sr. Arnaldo Villa Nova









colocou-se a disposição, caso fosse da concordância de todos, para assumir esta 193 194 responsabilidade. A Sra. Katia Regina destacou a importância da celeridade na resolução desta situação, observando-se que o processo de registro da Ata não ocorre tão rapidamente. A Sra. 195 196 Aline Araújo esclareceu que o primeiro ponto de pauta seria a destituição do Vice-Presidente 197 eleito na última Assembleia, seguido pelo ponto de pauta que trataria da nova eleição. Salientou que o Estatuto menciona que a convocação para este tipo de situação deve ser realizada com sete 198 dias de antecedência, de maneira a se evitar que haja recursos posteriormente. Finalizou, 199 informando que esta era a sua opinião para dificultar futuros questionamentos sobre a decisão, 200 201 mas que a resolução cabia ao Conselho de Associados. A Prefeitura de São Pedro da Aldeia e a 202 Associação de Pescadores da Praia da Pitória, concordaram com a colocação da Sr. Aline 203 Araújo, posicionando-se a favor da manutenção do prazo de sete dias para a convocação de nova reunião. O Sr. Arnaldo Villa Nova comunicou que, caso houvesse outro interessado ao cargo, ele 204 205 não iria se opor, mas que estaria disposto a assumi-lo, se assim fosse decidido pelo Conselho. A 206 Sra. Aline Araújo colocou que seria interessante uma ONG ser a vice, dando à Diretoria major 207 representatividade, considerando-se que o Presidente já se trata de um Prefeito. Havendo a concordância de todos os presentes, optou-se por realizar a nova eleição na sexta-feira, dia 18 de 208 junho de 2021, cumprindo-se o prazo de sete dias para convocação. O Sr. Arnaldo Villa Nova 209 pediu que os presentes se manifestassem para tomada de decisão sobre a destituição do atual 210 Vice-Presidente. Manifestaram-se a favor: IPEDS, APAAPP, ONG Viva Lagoa, MOMIG, 211 212 AMEAS, Prefeitura de Iguaba Grande. Sem manifestações contrárias por parte dos presentes, a 213 proposta de destituição do atual Vice-Presidente foi aprovada. O Sr. Pedro Freitas situou-se 214 preocupado com nulidade da destituição, apesar de compreender a pressa dos presentes na resolução da problemática, devido a ausência de uma intimação à Prefeitura de Silva Jardim 215 sobre a situação exposta. A Sra. Aline Araújo elucidou que o Estatuto é omisso neste quesito, e 216 que o CILSJ insistiu no contato com a Prefeitura diversas vezes, sem retorno da mesma. Assim, 217 considerando a falta de participação e retorno do Prefeito, e os prejuízos ocasionados por esta 218 situação, não haveriam impedimentos a esta destituição, em seu entendimento. A Sra. Katia 219 220 Regina reforçou a colocação da Sra. Aline Araújo, constatando haver justificativas o suficiente para esta destituição, por motivo de não cumprimento das obrigações legais relativas ao 221 222 Consórcio. A Sra. Edna Calheiros sugeriu que o Sr. Arnaldo Villa Nova fosse nomeado como Vice-Presidente Interino, neste intervalo até a realização da eleição, visando a assinatura da 223 ATA. A Sra. Aline Araújo explicou que, como se tratava da Ata de eleição do Prefeito de Silva







Jardim, não havia a possibilidade desta ser assinada por outra pessoa, mesmo que fosse um 225 representante interino indicado para o mesmo cargo. Ou seja, de toda forma, será necessária a 226 assinatura do atual Vice-Presidente na Ata da eleição realizada em março do ano vigente. A Sra. 227 Edna Calheiros explicitou que sua colocação abordava o registro da Ata desta reunião, caso esta 228 229 possibilitasse um diálogo da Sra. Adriana Saad com o banco, evitando o bloqueio das contas. O 230 Sr. Francisco Guimarães expressou-se preocupado com a indecisão política de Silva Jardim, 231 considerando-se que será realizada uma nova eleição para a Prefeitura do município. 232 Elucidando que sua apreensão é que, caso o atual prefeito não fosse reeleito, isto poderia levar à necessidade de uma nova eleição para a vice-presidência do Consórcio, de toda forma, devendo 233 esta instabilidade ser considerada para a destituição. O Sr. Eduardo Pimenta, presidente do 234 235 CBHLSJ, perguntou se poderia se manifestar, mesmo na qualidade de convidado/ouvinte na 236 reunião, sendo autorizado pelos presentes. Assim, prosseguiu informando prezar pela segurança 237 jurídica na resolução da problemática colocada, estando de acordo com as posições adotadas pela Sra. Aline Araújo. A Sra. Adriana Saad agradeceu a presença do novo presidente da 238 Concessionária Prolagos, o Sr. Pedro Freitas, tendo em vista sua recente chegada ao Conselho de 239 Associados. O Sr. Pedro Freitas agradeceu as boas vindas e aproveitou para destacar seu 240 posicionamento de fortalecimento do Consórcio, sendo ele um importante instrumento de 241 242 planejamento e desenvolvimento do saneamento na região. A Sra. Adriana Saad colocou que, ao conversar com o Presidente do CILSJ, foi decidido o seguinte encaminhamento: o envio de um 243 244 oficio ao Prefeito de Silva Jardim comunicando sobre sobre a realização desta reunião, na qual 245 foi deliberada uma nova eleição para o cargo de Vice-Presidente do Consórcio e que, caso assim desejasse, poderia se manifestar neste período de sete dias entre o recebimento do ofício e a 246 247 próxima Assembleia Extraordinária agendada para o dia 18/06. Ainda em Assuntos Gerais, o Sr. Francisco Guimarães abordou a pesca ilegal na Lagoa de Araruama, instituída por uma ação 248 civil pública do Ministério Público Federal, inteirando que está sendo realizado um trabalho de 249 fiscalização conjunta das Prefeituras, inclusive com o apoio do CBHLSJ e CILSJ. Situou que um 250 grande obstáculo enfrentado pelos pescadores atualmente trata-se da troca da malhagem das 251 252 redes de 10 para 12 milímetros, pois alguns pescadores não aderem a malhagem correta e aqueles que aderiram se sentem lesados, optando pela utilização da rede de 10 mm. Propôs, 253 então, a realização de projeto visando a troca das redes pelas de malhagem correta, sendo cerca 254 de 150 redes, expondo que o Estado, a nível estadual e municipal, deixou a situação transcorrer 255 desde a Instrução Normativa estabelecida em 2013, com ações preventivas precárias; porém, 256









agora, foi instituído pelo MPF um prazo de cerca de apenas dois meses para a adaptação dos 258 pescadores. Pediu, então, empenho do CILSJ e de seu Presidente para a auxiliar na resolução 259 desta situação. A Sra. Adriana Saad questionou se mais alguém possuía alguma colocação. O Sr. Bernardo Corty manifestou-se, agradecendo a presença, no dia anterior a esta reunião, da Sra. 260 261 Adriana Saad e do Sr. Eduardo Pimenta na Câmara dos Vereadores de Armação dos Búzios para discutir, de uma maneira geral, a política de saneamento da Região dos Lagos. O Sr. Eduardo 262 Pimenta agradeceu o convite e a recepção do Secretário de Meio ambiente e da Comissão de 263 Meio Ambiente de Armação dos Búzios. Valendo-se do momento, informou que seria realizado 264 265 um convite para uma reunião online a ser realizada no dia 16/06/2021, às 16h, para discutir e 266 avaliar propostas que possam trazer uma melhor solução para a destinação dos efluentes da região, como as wetlands. O Sr. Bernardo Corty agradeceu o convite e corroborou a importância 267 268 desta discussão. Nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Adriana Saad, Secretária Executiva do 269 Consórcio Intermunicipal Lagos São João, finalizou a reunião. Deste modo, eu, Jéssica Cavalcante Berbat, que servi de Secretária da Assembleia Geral Ordinária, lavrei a presente Ata, 270 para que, depois de lida e assinada, produza seus efeitos legais. Seguem, anexados a presente 271 Ata, registros da videoconferência. 272

273 274

São Pedro da Aldeia 11 de junho de 2021.

275 276

and furnionais

277 278

279 280

Cláudia Magalhães Coordenadora Técnica-Administrativa

281 282

Jéssica louakante Gerbat

283 Jéssica Berbat – Secretária da Assembleia

Cartorio do 2o Oficio de Justica

Reconheço as firmas por Semelhança de

Emols: R\$ 6,06. Fetj: R\$ 1,21. Fundperj: R Funarpen: R\$ 0,24

SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ, 23 LAIS SOUZA RIBEIRO. Em test. 202 EDUR 49641 DEN Consulte https www.3.tj.rj.jus.br/sitepu 40 PEDR

Funperj: R\$ 0,30 Total: R\$ 8,41

Cartorio do 2º Oficio de Justica

Rodovia Amaral Peixoto, km 106 - Balneário - São Pedro da Aldeia/RJ - CEP: 28940-000 Tel: (22) 2627-8539 www.cilsj.org.br

Patrick de Souza Warques Escrevente Mat. 94/18743

DASILVAEISE

SUBSTITUTO UN 090464AA341451941/684 1

EDRO DA ALOE



REGIS IRO CAVIL DE PESSOA JURÍDICA
Apres. no día 16/07/2021, Av. 7, , Prot. 3646, Lv. A2
Registro Nº X75, no livro A-12.. Averb.7
SAO PEDRO DA A DEIA 16/07/2021.
Subscrevo e Assino.
DEIA 16/07/2021.
Subscrevo e Assino.
DEIA 16/07/2021.
Subscrevo e Assino.
DEIA 18/07/2021.
Subscrevo e Assino.

Presidente do CILJY



# ANEXO I - REGISTRO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ASSOCIADOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL LAGOS SÃO JOÃO

